

SIMON SCHWARTZMAN

# Falso Mineiro

*Memórias da política, ciência,  
educação e sociedade*

**R**  
HISTÓRIA REAL

*Para Michel, Luisa, Isabel e Felipe, que sabem seguir seus  
caminhos*

# APRESENTAÇÃO

Este livro de memórias começou a ser escrito como um diário, combinando reflexões recentes com lembranças que, aos poucos, foram sendo reconstituídas. Sua primeira versão terminou antes que a tragédia do novo coronavírus caísse sobre nossas cabeças. Graças às leituras e comentários de pessoas próximas e queridas, foi chegando ao formato atual, que é uma tentativa de associar uma história pessoal e profissional a uma série de temas relacionados à política, sociedade, ciência e educação com os quais me envolvi em minha vida.

No mundo das ciências, e em boa medida também no mundo da literatura e das artes, existe a convicção de que as obras, sejam elas ideias, conhecimentos científicos, ensaios, livros de literatura ou música, devem valer e ser inteligíveis por elas mesmas, independentemente de quem as produziu e do momento em que foram produzidas. Concordo em parte. Não adianta ler sobre a vida de Stephen Hawking para entender — se é que se consegue — suas teorias sobre a origem do Universo; mas, embora não baste, é bom conhecer o ambiente cultural do Renascimento para melhor apreciar a genialidade dos pintores desse período.

Também nas ciências sociais, teorias, propostas e debates são sempre, em última análise, uma conversa que, para ser melhor entendida, é bom saber quem dela participa, em que momento e a partir de quais preocupações. Tomei parte em muitas conversas desse tipo ao longo dos anos, e é delas que trato aqui. Assim, este livro é um convite aos leitores para que entrem nessas conversas também.

Essa mistura de história pessoal e de temas fez com que os tempos se misturassem, com idas e vindas que, acredito, não comprometem a leitura. Na primeira metade predominam histórias pessoais e profissionais e, a partir daí, os temas, entre outras razões porque, com o tempo, eles se tornam mais interessantes do que as rotinas da vida.

Sou imensamente grato à leitura crítica, correções e sugestões, no todo ou em parte, de Bernardo Sorj, Bolívar Lamounier, Claudio de Moura Castro, Edmar Bacha, Fábio Wanderley Reis, Guillermo Pisano, Helena Bomeny, Herbert S. Klein, João Batista Araújo e Oliveira, Jorge Balán, Mariza Peirano, Nena Castro, Susana Balán e meus filhos. E, em especial, à competência e ao carinho com que Kathia Ferreira trabalhou para melhorar minha linguagem, esclarecer as ideias que pudessem estar confusas e corrigir minhas falhas de memória. Sei que não consegui atender a todos, mas, sem eles, não teria chegado até aqui.

# INTRODUÇÃO: OS TEMAS

## *Lódz*

Em meados de 2019 recebi uma mensagem de Vera Ejlenberg, que eu não conhecia, dizendo que ela estava fazendo uma pesquisa sobre o rabino Chaim Radzyner, um antepassado seu que havia emigrado no século 19 de Lódz, na Polônia, para Sfat, ou Safed, na Palestina. Entendi logo que se tratava do bisavô de minha mãe, pelas histórias que ela contava. Estabelecemos contato e combinei que participaria de um encontro que Vera e o marido, Mark, estavam organizando em Lódz, por ocasião dos 75 anos da destruição do gueto da cidade, o segundo maior da Polônia. A ideia era reunir os descendentes dos poucos antepassados de ambos que haviam conseguido sobreviver ao Holocausto.

Foram umas 40 pessoas para a reunião — de Israel, Estados Unidos, Suécia, Holanda, Brasil, Áustria e Nova Zelândia — e cada participante recebeu um livro com a história de seus familiares.<sup>1</sup> Do Brasil fomos eu, minha filha Bebel (Isabel) e minhas sobrinhas Solange e Simone. Antes da reunião também fiz circular um pequeno texto sobre a família Schwartzman/Radzyner no Brasil, da qual nada sabiam.<sup>2</sup> Nos três dias do encontro, visitamos o Museu Polin, em Varsóvia, que narra a história dos mil anos dos judeus no país e do pouco que restou do gueto e da população judaica, massacrada em sua maior parte pelos nazistas, que praticamente acabaram com a cidade no final da Segunda Guerra.

Em Lódz participamos de um evento em memória dos mortos na

guerra no Marek Edelman Dialogue Center, instituição situada no Parque dos Sobreviventes e dedicada ao tema da convivência e tolerância entre as culturas. Fomos também ao antigo cemitério judaico, onde pude visitar a sepultura de meu avô, falecido em 1926, e à estação de trem em que os judeus eram embarcados em vagões de carga e enviados para os campos de extermínio. No grupo havia pessoas de todas as idades e, entre jantares, cerimônias e visitas a lugares históricos, elas choravam, riam, cantavam músicas tradicionais judaicas e dançavam. Vera e Mark criaram um lema para o encontro: “A maior herança que os pais podem deixar para os filhos são as raízes no passado e as asas para o futuro”. Acho que eles conseguiram dar o recado.

Depois de Lódz fomos a Cracóvia, antiga capital da Polônia. Diferentemente de Varsóvia, a cidade não foi destruída pela guerra e preserva uma parte histórica que inclui um bairro judeu de mais de 500 anos. Hoje o bairro é um centro turístico, com uma bela sinagoga que faz as vezes de sala de concertos. Como no resto da Polônia, poucos judeus ainda moram na região, já que a maioria foi dizimada.

Recentemente o governo polonês, nacionalista e direitista, baixou uma lei tornando crime associar, de alguma maneira, o extermínio dos judeus à atuação de colaboracionistas poloneses (a lei provocou uma grande reação, sobretudo em Israel, e acabou sendo modificada, eliminando-se as penas de prisão). Não há dúvida de que a Polônia, invadida pela Alemanha e pela União Soviética em uma ação combinada, foi uma das maiores vítimas da Segunda Guerra e não a responsável pelos campos de extermínio. Mas é verdade também que o antissemitismo na região é anterior ao nazismo e que o colaboracionismo existiu. Por isso é importante confrontar esses fatos, e não tentar apagá-los por decreto.

Na volta ao Brasil vim lendo *Os irmãos Ashkenazi*, escrito em 1936 por

Israel Joshua Singer, irmão mais velho do contista e Prêmio Nobel de Literatura Isaac Bashevis. O livro traça um grande painel da história dos judeus em Lódz.<sup>3</sup> Aprendi que, no século 19, Lódz foi um centro de indústria têxtil que abastecia os mercados de Polônia, Rússia e Alemanha. A população na cidade reunia poloneses, alemães e judeus de diferentes origens que iam dos mais pobres aos mais ricos. Todos viviam em função das mudanças geopolíticas provocadas pelas guerras, que culminaram com a independência da Polônia em 1918, logo depois da Primeira Guerra Mundial.

Entre os judeus, muitos tentavam manter suas tradições, outros se assimilavam, outros ainda se envolviam com os movimentos políticos radicais e revolucionários. Os que podiam emigravam para Estados Unidos, Argentina, Brasil ou para onde fosse possível, tentando escapar do antissemitismo e dos *pogroms* que se sucediam, estimulados pelo nacionalismo polonês. No início da guerra, 3,5 milhões de judeus viviam na Polônia; cinco anos depois, restavam menos de 50 mil.

Já no Brasil, escrevi um artigo para *O Estado de S. Paulo* (“Morrer em Lódz”), no qual falava, entre outras coisas, de Chaim Rumkowski, judeu designado pelos alemães para chefiar o Conselho de Anciãos, o Judenrat, encarregado de administrar o dia a dia da vida no gueto de Lódz. Rumkowski, a pretexto de apaziguar os nazistas, e também para garantir um melhor tratamento para a sua família e seus amigos, fazia o trabalho sujo de reprimir os protestos, administrar o trabalho forçado e escolher quem iria, a cada vez, para os campos de extermínio — ele e sua família foram os últimos. Era uma situação semelhante à vivida por Adam Czerniakow, chefe do Judenrat do gueto de Varsóvia, que, em certo momento, preferiu se suicidar a continuar colaborando. Concluí o artigo dizendo que, mesmo em situações extremas, existem opções éticas que precisam ser tomadas. No Brasil de Jair Bolsonaro, o texto teve grande

repercussão.

Nasci em 1939, quando a Segunda Guerra começava. Sempre soube de minha origem judaica, de como as famílias de meus pais foram dizimadas pelo nazismo, da chegada de ambos ainda adolescentes ao Brasil e de como fizeram o possível para dar o melhor que podiam aos filhos. Faz parte de minha identidade, e tenho alguns valores arraigados que com certeza vêm daí, como o horror ao fascismo e ao racismo e a crença na liberdade, na democracia e no poder do conhecimento e da razão como os melhores instrumentos para lidar com os conflitos e as questões sociais. Mas nunca fui religioso e deixei muito cedo de frequentar a comunidade judaica. Hoje me arrependo de nunca ter me preocupado em conversar mais com meus pais, enquanto viviam, sobre suas histórias e experiências e as histórias de suas famílias e de seus antepassados.

A reunião de Łódź permitiu o reencontro com um pedaço de meu passado naquilo que ele tem de maior, que é o vínculo profundo com a grande tragédia humana e moral que foi a Segunda Guerra e a história peculiar e dramática dos judeus europeus. Depois dessa viagem comecei a redigir estas memórias, sem ligar uma coisa a outra, mas não deve ter sido coincidência. A primeira versão deste livro foi escrita em poucos meses como uma coleção desordenada de lembranças, relatos pessoais e comentários sobre instituições de que participei, livros e artigos que escrevi e polêmicas em que me envolvi. Aos poucos, e graças às críticas e comentários que foram chegando, fui entendendo que a viagem a Łódź serviu não somente para reavivar as antigas histórias de minhas origens, mas também para me conectar com um tema extremamente atual, que é o do ressurgimento do fantasma do fascismo em todas as suas manifestações políticas, intelectuais e sociais.



## *Política e autoritarismo*

É curioso como o fascismo estava ausente das discussões do meio acadêmico quando comecei a me interessar por temas políticos, na adolescência e nos primeiros anos de faculdade. De acordo com meu entendimento na época, havia duas maneiras de entender a política: uma falsa, idealista; outra verdadeira, materialista. A visão “idealista” era que o sistema político compreendia um conjunto de leis que expressavam as regras sobre como a sociedade deveria se organizar, e que bastaria formular as leis certas para que tudo andasse bem. A visão “materialista” era que as diferentes teorias e formas de organização de governo — liberalismo, conservadorismo, fascismo, monarquia, república, parlamentarismo, presidencialismo — não passavam de meras ideologias ou “superestruturas” que serviam somente para consolidar as relações de dominação. A política era um campo de batalha em que as pessoas lutavam por todos os meios para fazer prevalecer seus interesses materiais, especialmente os econômicos.

Uma das consequências dessa percepção empobrecida da política, que ainda encontra grande aceitação até mesmo em círculos aparentemente cultos e educados, é a noção de que a política é um jogo de vale-tudo no qual não existem valores, apenas interesses. Mais tarde fui entendendo e tratando de mostrar, em escritos diversos, que, sim, a política é um campo de disputa de interesses, mas é muito mais que isso. É também, quando funciona de maneira adequada no regime democrático, um espaço de convivência e de formação de consensos que reduzem o nível de conflitos e permitem o desenvolvimento de políticas públicas que atendam ao bem comum.

Os regimes políticos não se formam pelo simples alinhamento de ideias abstratas nem pela simples vitória de uns grupos de poder sobre

outros, mas por um complicado processo de criação de instituições a partir de contextos históricos específicos. Tais instituições aos poucos vão se consolidando e tornando as sociedades cada vez mais capazes de administrar os choques de interesse e possibilitando que valores como liberdade, equidade e bem-estar social se desenvolvam.

Nem todas as sociedades, porém, conseguem fazer isso. Nem todos os regimes políticos, autodenominados ou não democráticos, funcionam bem. A democracia é uma planta frágil e preciosa que precisa ser constantemente protegida e alimentada e que depende, para se manter, da existência de instituições sólidas e socialmente valorizadas no Executivo, no Legislativo e no Judiciário. A história brasileira mostra que nossas instituições democráticas são mais disformes e precárias do que seria desejável. Isso não deve ser uma razão para jogá-las fora, como pretendem os autoritários de esquerda e de direita, e sim para melhorá-las.

## *Modernidade e democracia*

Embora tenha antecedentes na Grécia e na Roma antigas, a democracia, tal como a entendemos hoje, com limitação do poder dos governantes e garantia de direitos individuais, é uma invenção recente do mundo ocidental. Começou a surgir com força com a Revolução Gloriosa e a Declaração de Direitos na Inglaterra, no século 17, e ganhou impulso com a Revolução Francesa e a independência dos Estados Unidos, no século 18. Seu fundamento é o princípio de que os indivíduos são seres autônomos, capazes e com direito a pensar e tomar decisões por conta própria, inclusive na vida econômica, o que impõe limite aos poderes das autoridades civis e religiosas. Se no início a democracia significava

um direito restrito, excluindo escravos, mulheres, pobres e estrangeiros, com o tempo esse direito foi sendo ampliado até chegar ao sufrágio universal, ou quase, no século 20.

O surgimento e a ampliação desse princípio de liberdade e autonomia individuais integraram um processo de mudanças originado na Idade Média, com o advento das primeiras universidades, a Reforma Protestante, o desenvolvimento do comércio, de novas tecnologias, da imprensa e da ciência. Duas palavras têm sido usadas para descrever essa grande transformação: modernidade, que se refere às transformações econômicas e políticas cujo início os historiadores costumam datar das Grandes Navegações; e Iluminismo, o movimento cultural, artístico e intelectual que procurou dar sentido ao Novo Mundo. As democracias contemporâneas, resultantes desse processo, seriam sociedades formadas por cidadãos livres e racionais, regidas por governantes com poderes restritos e encarregados de cuidar do bem comum.

Modernidade e democracia, no entanto, nem sempre andam juntas. O tema central de minha tese de doutorado, publicada nos anos 70 com o título de *Bases do autoritarismo brasileiro*, era que, ao lado da evolução das antigas sociedades feudais, que formaram as democracias ocidentais, existiu outra rota de modernização, derivada das antigas sociedades patrimoniais. Essa outra rota levou ao que eu e outros chamamos de “modernização conservadora” ou autoritária. Trata-se de tema mais relevante do que nunca atualmente, com a China disputando a hegemonia política e econômica com o mundo ocidental.

A modernidade tem pelo menos dois sentidos principais. O primeiro, mais trivial, é o que a associa à ampliação dos conhecimentos e à adoção de novas tecnologias na vida econômica, nas comunicações, nos cuidados com a saúde e tudo o mais. Não há dúvida de que, com as novas tecnologias, as pessoas passaram a viver muito mais e melhor do

que no passado, quando a fome, a miséria e a morte prematura eram consideradas naturais e inevitáveis. Por outro lado, as tecnologias e o próprio aumento da expectativa de vida criam problemas que ainda não estamos preparados para enfrentar.

O segundo sentido refere-se ao entendimento de que o destino das pessoas não pode ser determinado pela sua origem, mas pelo que elas decidem ser. Na prática, sabemos que muito do que uma pessoa vai ser depende do ambiente, das condições sociais de seus pais e de seus genes. Grande parte da pesquisa social se dedica justamente a procurar explicar até que ponto esses determinismos atuam e podem ser atenuados. Mas, nas sociedades modernas e democráticas, predomina o princípio de que todos são iguais perante a lei e que não devem existir privilégios nem obrigações por conta da origem das pessoas, o que legitima a liberdade de escolha e as políticas públicas de redução das diferenças de oportunidade.

É esse segundo sentido de modernidade o adotado por Bruno Latour, que a define como a crença, ou a percepção, de que não temos compromissos com o passado e que por isso somos livres para construir o futuro que desejarmos.<sup>4</sup> No entanto, como ele próprio adverte, nunca fomos, de fato, totalmente modernos, porque tudo o que fazemos tem uma história que, quer se queira, quer não, influencia a maneira pela qual participamos do mundo e o percebemos. Isso é verdade não só em relação a valores, preferências e à vida que construímos, como também em relação ao conhecimento científico e técnico que, como profissionais das ciências naturais e sociais, ajudamos a desenvolver e manter. O conhecimento científico e tecnológico não resulta de uma simples aplicação da lógica e de uma determinada metodologia sobre um tema qualquer, antes tem raízes sociais e culturais muito mais profundas do que os cientistas gostam de admitir.

## *Conhecimento, ciência e tecnologia*

O tema do conhecimento tem a ver com a aposta do mundo ocidental (levada depois para outras regiões) de que, com melhores conhecimentos sobre a natureza e com a disseminação da habilidade de ler e escrever, seria possível construir não só sociedades mais ricas, mas também mais harmoniosas. Nestas, os problemas se resolveriam pelo uso da razão e não simplesmente por disputas violentas de poder. Nessa perspectiva, a ampliação do conhecimento técnico e científico é um aspecto do tema mais geral da modernidade. Ao mesmo tempo, a ampliação dos conhecimentos sobre a natureza e do arsenal de tecnologias para manipulá-la sempre teve seus críticos, que apontam para as questões ambientais, sociais e políticas deslanchadas pela expansão da indústria, das guerras, do poder das tecnocracias públicas e privadas e pelos custos psicológicos das sociedades competitivas e fragmentadas da atualidade.

No final dos anos 70, tive a oportunidade de realizar um estudo aprofundado sobre o desenvolvimento da ciência no Brasil. Era uma época em que o governo de Ernesto Geisel tentava, em regime de “marcha forçada”, conforme descrito mais tarde por Antônio Barros de Castro,<sup>5</sup> transformar um país subdesenvolvido em uma potência científica, tecnológica e industrial. Minha preocupação, desde o primeiro momento, foi mostrar que ciência e tecnologia não eram meramente “insumos” para a economia, mas parte de um sistema social muito mais amplo e complexo que precisava ser apreendido para que as políticas de desenvolvimento científico e tecnológico não se frustrassem.

Em 1995 voltei ao tema, ao coordenar um ambicioso projeto de formulação de uma proposta de política de ciência e tecnologia para o país, que, no entanto, acabou ficando no papel.<sup>6</sup> De lá para cá, a ciência

brasileira continuou crescendo, mas de forma desordenada, sem prioridades nem critérios claros de qualidade e relevância. Hoje o Brasil conta com um sistema de ciência e tecnologia de grande porte, mas a qualidade é desigual e sua contribuição para a economia, a sociedade e a própria educação superior é menor do que seria desejável.

Em um momento em que a ciência e a educação superior brasileira, e não só no Brasil, sofrem cortes orçamentários e ataques de políticos e governantes populistas — e proliferam os que acreditam que a Terra é plana —, chamar a atenção para essas debilidades do setor pode soar a muitos como alimentar e dar argumentos ao inimigo. Creio, ao contrário, que o que mais prejudica é a postura defensiva de não reconhecer nem enfrentar os problemas.

### *Ciência e ideologia*

Não há dúvida de que não se pode mais — se é que se pôde um dia — apostar cegamente nas virtudes da modernização, da ciência e da educação sem qualificar com mais vagar o que cada uma dessas palavras quer dizer. Mas tampouco se pode simplesmente esquecê-las e propugnar uma volta a uma sociedade tradicional, harmoniosa e simples que nunca existiu. E menos ainda defender uma sociedade dominada por forças e identidades míticas, que foi, em última análise, o que os regimes fascistas tentaram fazer. É importante olhar criticamente a modernidade e a ciência não para desistir do que elas já conseguiram e prometem, mas para que possam realmente cumprir essas promessas.

A sociologia da ciência, ao sustentar que o conhecimento e a própria ciência são “construídos” ao longo de um processo eminentemente social, e não pelo puro exercício intelectual da observação e da lógica,

*image  
not  
available*

com capacidade técnica para saber o que fazer, nem com força política suficiente para enfrentar as pressões dos interesses organizados. Existem exemplos de estados e municípios que conseguiram superar essa situação e avançar, mas são exceções.

Em 2002 publiquei, com João Batista Araujo e Oliveira, o pequeno livro *A escola vista por dentro*, cuja principal contribuição talvez tenha sido abrir a caixa-preta do funcionamento no dia a dia dos estabelecimentos de ensino. No texto apontamos a grande desconexão que havia, e ainda há, entre o que chega às escolas como programa de governo, currículos, teorias pedagógicas etc. e o que acontece na prática dos professores. Essa mesma desconexão, em escala muito mais ampla, ocorre com o Plano Nacional de Educação, cuja última versão foi aprovada por unanimidade pelo Congresso Nacional em 2014, mas que desde o início se mostrou totalmente inadequado para lidar com os problemas efetivos da educação brasileira.

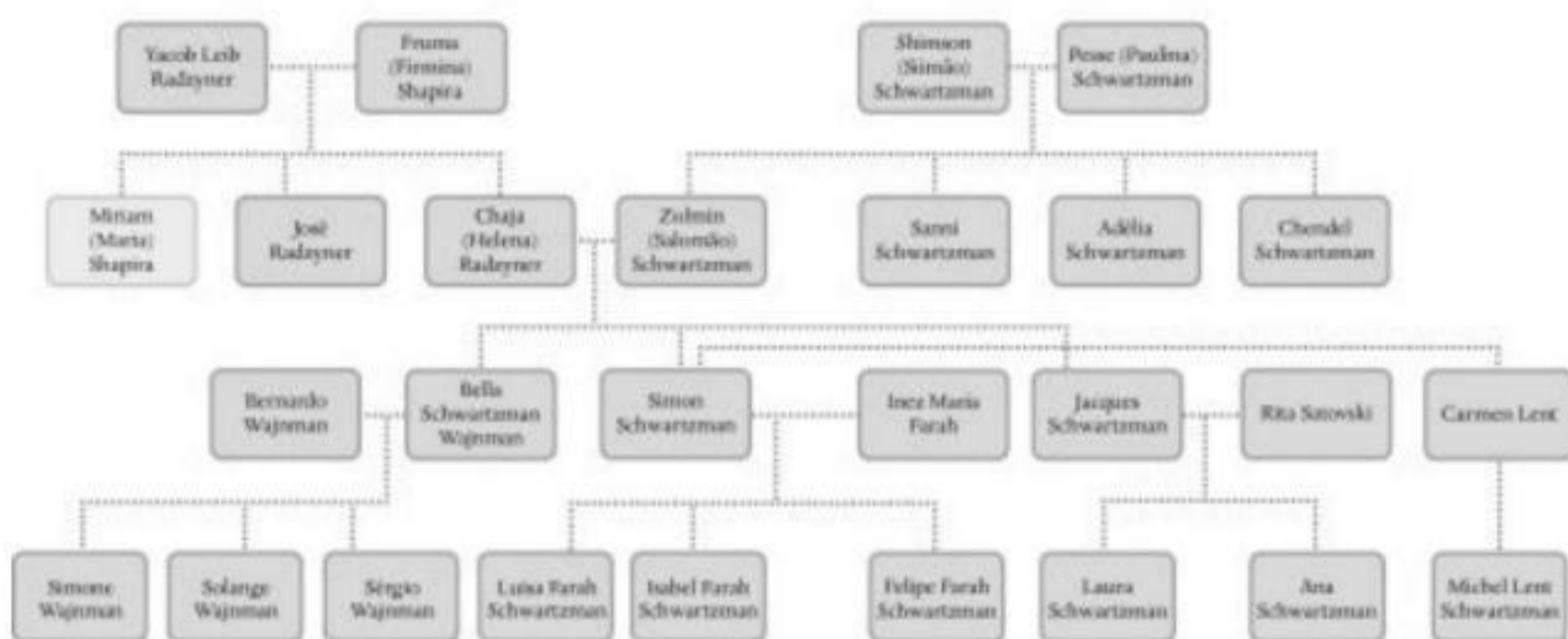
O projeto de reforma do ensino médio do início do governo Temer, em 2016, de cuja discussão também participei, chegando a escrever um livro sobre o tema,<sup>11</sup> foi uma oportunidade para tentar sair da camisa de força do ensino médio tradicional, que até hoje remonta à reforma implementada por Gustavo Capanema no início dos anos 40. O projeto visava modernizar os conteúdos a serem apresentados aos estudantes e as práticas pedagógicas utilizadas, criando mais oportunidades para a formação técnica e profissional dos milhões de jovens que terminam o ensino médio, não conseguem entrar no ensino superior e ficam pelo caminho.

A reforma, mesmo carregada dos vícios do passado, foi transformada em lei. O Conselho Nacional de Educação se envolveu em um penoso processo de elaboração do que seria a base curricular nacional de um novo ensino médio, que deveria estar começando a funcionar em 2020.



*image  
not  
available*

## Família Schwartzman



*image  
not  
available*

de burro e, quando juntou o suficiente, voltou para buscar a família. Chegando à Romênia, correu a notícia de que um judeu tinha vindo da América cheio de dinheiro. Foi roubado e então retornou ao Brasil, de novo sozinho, para recomeçar.

Veio a guerra e só em 1923 meu avô conseguiu trazer a mulher, Pesse, ou Paulina, e os filhos: Zolmin, Sanni e Adélia, chegando ao Rio de Janeiro em 27 de novembro, após 21 dias no mar. No Brasil o casal teve outra filha, Chendel, que nasceu com problemas mentais e cujo parto, aparentemente, deixou minha avó com sequelas. Viveram alguns anos no Rio e, pelo que entendo, meu avô era uma referência para novos imigrantes, pois os ajudava a se iniciarem nas práticas das vendas a prestação.<sup>2</sup> Quando ele e a filha Adélia foram diagnosticados com tuberculose, a família se mudou para Belo Horizonte, na esperança de que os ares da montanha fossem mais saudáveis, providência comum na época. Simão viveu até 1933, e Adélia até 1941.

Meu pai estudou até o antigo ginásio (o ensino fundamental de hoje) e Sanni chegou a fazer um curso superior de Agrimensura, mas nunca exerceu essa atividade. Os dois seguiram a profissão do pai. Sanni tornou-se relativamente bem-sucedido após abrir uma pequena loja de joias e roupas na avenida Paraná, de onde coordenava uma rede de ambulantes que distribuía as mercadorias pelos bairros e faziam as cobranças. Zolmin, ao contrário, nunca se acertou.

A Casa Elite, que meu pai adquiriu quando voltamos para Belo Horizonte, em 1945, ficava na Praça Vaz de Melo, atrás da antiga Feira de Amostras, em uma área hoje coberta por viadutos. Vendia móveis baratos e colchões de palha fabricados nos fundos da loja e comprados a crédito pela população pobre local e pelas prostitutas da Lagoinha. Quando completei 12, 13 anos, meu pai quis que eu o ajudasse na loja e na cobrança das prestações de casa em casa pela cidade, na esperança,

*image  
not  
available*

tinha ido da Polônia para Sfat para um casamento arranjado com meu avô, enquanto uma irmã sua, Leah, se casava com Benzion Heller, membro de outra família de rabinos.<sup>5</sup> Pelos relatos familiares, Firmina só conheceu o marido na cerimônia de matrimônio e ficou chocada com a aparência do noivo, muito mais baixo que ela. O casamento nunca deu certo e terminou, definitivamente, com o nascimento de Miriam, por volta de 1920, quando então Firmina viajou com a criança para o Brasil.

A versão de Helena é que a mãe, egoísta, abandonara o marido, a ela e ao outro filho e saíra em busca de uma nova vida. Uma versão talvez mais plausível é que, com o casamento em crise e uma nova gravidez que talvez fosse considerada de paternidade incerta, a família do marido, tradicional e religiosa, tenha decidido afastar Firmina e tomar a guarda das duas crianças mais velhas.

Lembro-me bem de Firmina. Bonita e vistosa, usava o sobrenome de solteira, Shapira, adotado também por minha tia Miriam, enquanto minha mãe mantinha o nome de família do pai, Radzyner. Helena dizia que Firmina era culta, falava várias línguas e em algum momento teria trabalhado como professora. Não deve ter sido fácil para minha avó viver sozinha com três filhos no Brasil.

Uma das histórias que nos chegaram é a de que os quatro moravam em uma pensão em cuja gerência ela deixara os documentos de todos como garantia de pagamento. Num dado momento, sem dinheiro, decidiu fugir com os filhos, deixando para trás os registros de nascimento e todos os passaportes. Eu nunca soube se de fato restabeleceu contato com o irmão, Abraham, de cuja existência só vim a saber nos anos 50. Entendo que no início Firmina viveu no Rio de Janeiro com os filhos, mas, por volta de 1930, mudou-se para Belo Horizonte, onde viviam outros imigrantes originários de Sfat. Em 1937, dois anos após o casamento de Helena com Zolmin, José faleceu, em

*image  
not  
available*

Batista. Eu era um leitor voraz. Aos 10 anos já tinha lido praticamente todo o Monteiro Lobato e os 18 volumes do *Tesouro da Juventude*. Aos 15, já devorara grande parte da coleção *TerraMareAr*, com os livros de Tarzan, de Júlio Verne e outros de piratas e aventuras. Nas primeiras semanas do ano letivo, lia de uma vez todos os livros escolares de ciências, história e geografia e depois me aborrecia nas aulas. Mas gostava de português e matemática. Minha dificuldade eram as aulas de francês, inglês e latim — eram mal dadas e me parecia absurdo ter de decorar conjugações, declinações e regras de ortografia e sintaxe. Então me recusava terminantemente a fazer os deveres de casa dessas disciplinas.

Trabalhos manuais também eram um pesadelo. Nos davam um pedaço de madeira, um martelo, um formão e tínhamos que esculpir um baixo-relevo — a madeira quebrava, os dedos ficavam machucados e, no final, me davam uma nota suficiente apenas para não ser reprovado. E havia a educação física — eu não conseguia acompanhar os exercícios, me atrapalhava com o futebol, era sempre um sofrimento. Pior do que eu na educação física só meu colega Antônio Augusto Mafra,<sup>7</sup> de longe o melhor aluno da turma. Ele dominava as línguas com perfeição e conseguiu ficar amigo do professor de ginástica, com quem entabulava grandes conversas enquanto os colegas corriam pelo pátio. Quando eu podia, escapava da aula e me juntava a eles.

O colégio era dirigido por missionários americanos que faziam um trabalho constante de proselitismo religioso. Havia alto-falantes em todas as salas que transmitiam versículos da Bíblia e, a cada tanto, eles reuniam os alunos em um grande auditório para que ouvissem pregações e manifestassem suas crenças. Primeiro pediam aos que eram da Igreja Batista, ou que haviam se convertido a seus ensinamentos, que subissem ao palco. Iam uns tantos. Depois, os que eram, de alguma



*image  
not  
available*

Europa e mesmo em Belo Horizonte, que haviam rompido deliberadamente com a religião. Nunca conversamos sobre isso em família, mas penso que a descontinuidade com as tradições das gerações anteriores pode ser explicada em parte pelo impacto provocado pela imigração. O nazismo, liquidando a quase totalidade das comunidades judias na Europa Oriental, incluindo o que possa ter sobrado das famílias de meus pais, contribuiu ainda mais para essa ruptura.

Houve um momento, na adolescência, em que resolvi reverter essa falta de vínculos e me tornar um judeu “verdadeiro”. Não durou muito. Não sabia praticamente nada do judaísmo. Só conhecia os fragmentos da religião e da cultura judaicas que restavam no dia a dia dos conterrâneos que meus pais frequentavam e o que eu aprendia lendo a Bíblia, estimulado pelos pastores do Colégio Batista. No círculo de meus pais, alguns eram religiosos ou, pelo menos, mantinham certos costumes originais, mas poucos eram devotos. Embora quase ninguém, entre eles, tivesse tido educação superior, demonstravam grande interesse pela língua e cultura ídiches, talvez como uma maneira de manter a identidade com suas aldeias europeias, o que foi se perdendo à medida que a própria língua foi desaparecendo.

Esse esvaziamento das tradições e da cultura fez com que muitos judeus, como eu, se assimilassem através de casamentos mistos ou simplesmente por um envolvimento mais forte com a sociedade local. Não era comum a reação oposta, de recorrer de modo extremado ao judaísmo religioso, como se veria anos mais tarde nas comunidades ortodoxas de Nova Iorque e em certos setores da comunidade judaica brasileira.

A história dos judeus em Belo Horizonte está descrita em várias publicações que a colocam no quadro mais amplo dos movimentos de migração dos judeus para as Américas nos séculos 19 e 20, da imigração

*image  
not  
available*

Com o recrudescimento do antissemitismo na União Soviética, seu alinhamento internacional com os árabes e a revelação dos crimes e do antissemitismo de Stalin, nos anos 50, a esquerda judia progressista passou a perder terreno. Paralelamente, com a adoção do hebraico como língua nacional, o ídiche começou a morrer, ficando restrito às comunidades ortodoxas de Nova Iorque e Jerusalém. Em Belo Horizonte, uma das lideranças mais fortes e controvertidas do grupo progressista era a do casal Nute e Liuba Goifman, nossos vizinhos de porta no apartamento da rua Carijós. Tendo militado no Bund, ambos vieram para o Brasil no final da década de 20 e logo se vincularam ao Partido Comunista. Foram presos quando da Revolta Comunista de 1935, radicando-se posteriormente em Belo Horizonte.<sup>10</sup>

Outra pessoa próxima do grupo era Isaías Golgher, que havia ganhado dinheiro vendendo balas com figurinhas. Autodidata, virou historiador e escreveu vários livros sobre a história colonial brasileira, chegando a estudar um tempo na Sorbonne, em Paris. Após a divulgação dos crimes de Stalin, transformou-se em um crítico acerbo da União Soviética. Escreveu um livro denunciando as políticas soviéticas em relação aos judeus e entrou em conflito com os antigos companheiros.<sup>11</sup>

A vida social se dava no antigo prédio da União Israelita, na avenida Afonso Pena. Havia um salão no segundo andar em que se realizavam os casamentos, as comemorações e as apresentações de música e teatro amador. Era onde minha mãe participava, com entusiasmo, das peças e dos círculos de leitura. De tempos em tempos nos visitavam artistas de fora, geralmente casais, com repertórios de canções e esquetes de teatro em ídiche. Da minha geração, sei de apenas dois colegas que aprenderam ídiche e eram habitualmente convidados para atuar nas encenações: Chaim Katz, que depois deslançou uma carreira destacada

*image  
not  
available*

engravidou. Voltaram para o Brasil, ficaram um tempo no Rio e depois se mudaram para Belo Horizonte.<sup>13</sup>

Estive em Jerusalém em 1974, para participar de uma reunião da Associação Internacional de Ciência Política. No ano anterior, Israel havia vencido a guerra de Yom Kipur contra a Síria e o Egito, mas era ideia corrente em Jerusalém que não haveria solução militar possível para o conflito e que seria indispensável encontrar uma forma de convivência entre judeus e árabes. Conversamos com o prefeito da cidade, fluente em árabe, e ele nos falou das boas relações entre as duas comunidades na Jerusalém unificada. No sábado, enquanto o lado judeu se recolhia, a Cidade Velha, predominantemente árabe, fervilhava. Visitamos o Muro das Lamentações do lado de fora, as mesquitas de Omar e El-Aksa no alto do morro, administradas pelos árabes, e as igrejas cristãs ao longo da Via Dolorosa. Era um clima aparente de paz e tranquilidade sugerindo que, apesar de tudo, existia uma perspectiva real de que o encontro entre civilizações e religiões pudesse se consolidar.

Desde o fim da guerra de 1967, porém, o conflito com os palestinos vinha se intensificando, com a tomada de seus territórios. Ao longo desse processo, a direita nacionalista liderada por Menachem Begin foi crescendo, eliminando o Mapam da cena política e fazendo com que o partido de Ben Gurion e Golda Meir mal conseguisse manter os votos mínimos para permanecer no Parlamento. Partidos como o dos sionistas religiosos, inicialmente moderados, se voltaram para a extrema direita. Diferentes ondas de imigrantes — oriundas dos países muçulmanos, nos anos 50, e da União Soviética, nos anos 80 e 90 —, somadas ao crescimento da população ultraortodoxa, modificariam profundamente o quadro político local, dificultando as negociações para um acordo de paz com os palestinos.

*image  
not  
available*

muito maior do que no Brasil, e as novas gerações entravam na universidade em grandes levas. Prioritariamente nas faculdades de medicina, como em outras partes do mundo, mas também nas de psicologia e nas de ciências naturais e sociais. Havia uma cultura cosmopolita que, aparentemente, envolvia a todos e na qual me integrei naturalmente, embora estivéssemos distantes tanto das elites portenhas mais tradicionais, que se sentiam invadidas pelos imigrantes e seus filhos, quanto do proletariado urbano, que formava a base do movimento peronista.

Naquele ano conheci a psicóloga argentina Carmen Lent, filha de judeus da Alemanha e da Polônia, cujo pai era cantor de sinagoga. Repetindo e invertendo a história de 1962, eu estava prestes a embarcar para fazer o doutorado nos Estados Unidos quando começamos a nos envolver. Então, para que ela pudesse me acompanhar resolvemos nos casar, agora em uma pequena cerimônia religiosa judaica. Fiz isso a contragosto, mas os pais dela ficaram felizes.



*image  
not  
available*

internacionais por sua derrocada. Fomos chamados às pressas para distribuir folhetos entre a multidão que havia se reunido na Praça Sete, no Centro de Belo Horizonte. Era arriscado e alguns de meus companheiros foram presos naquela noite. Nos folhetos, acusávamos o imperialismo e os golpistas da União Democrática Nacional, a UDN, partido de Lacerda, pela morte de Getúlio.

A célula se reunia periodicamente em lugares diferentes, e a cada encontro tínhamos que chegar e sair de forma escalonada para não chamar a atenção da vizinhança. Um dos locais de reunião era a casa de um dentista cujos filhos se chamavam Marx, Vladimir e semelhantes — não devia ser muito seguro, mas nos parecia que sim. Nas reuniões, tomávamos conhecimento das últimas orientações políticas estabelecidas pelo PC e planejávamos ações.

As orientações eram “baixadas” através de textos que nos eram entregues e explicados pelo próprio Roberto Drummond ou pelos dirigentes de escalão mais alto que eventualmente apareciam. Havia o Gil, que estava acima do Roberto e com quem às vezes precisávamos nos encontrar em “pontos” na rua, sempre meio escondidos. De vez em quando vinha alguém da direção nacional reunir-se conosco. Um dia me convidaram para uma reunião com o próprio Luís Carlos Prestes. Ele falou longamente sobre os perigos de uma possível guerra com a Argentina, o que me pareceu estranho e fora da realidade.

### *Centralismo democrático*

Era possível discutir, mas era necessário seguir as orientações, por conta do princípio do centralismo democrático. Uma de nossas principais atividades era a campanha internacional pela paz, que consistia em

*image  
not  
available*

consequências. Os debates terminaram com a ocupação do jornal *Imprensa Popular* por um grupo de estivadores enviados pelo comitê central. O episódio marcou também o fim de meus tempos de militância comunista.

A debandada gerada pelas revelações do discurso de Khrushchev foi só uma de tantas crises semelhantes que abalaram os partidos comunistas e afastaram muitos de seus militantes em diversos momentos — na época dos grandes expurgos de Stalin contra a velha guarda comunista da década de 30, no pacto com Hitler pela partilha da Polônia em 1939, na adesão de Prestes a Getúlio, em 1945, na invasão da Polônia e da Hungria pelas tropas soviéticas, nos anos 50.

Em cada uma dessas ocasiões, havia sempre os que diziam que se tratava de situações pontuais que precisavam ser mais bem compreendidas e que em nada diminuía as boas qualidades da União Soviética e a sabedoria do camarada Stalin. No Brasil, ficou conhecida a declaração de Oscar Niemeyer ao ser confrontado com as revelações de Khrushchev — ele permaneceria stalinista porque estava velho demais para mudar. Eu continuei apostando, por alguns anos ainda, no marxismo como a melhor maneira de entender os vícios do capitalismo e nas virtudes de um socialismo que pudesse, um dia, ser implantado sem os vícios do “socialismo real”.

*image  
not  
available*

comprando livros na Livraria Duas Cidades, que importava regularmente títulos da França.

Os bolsistas eram financiados por contratos de trabalho como monitores (meu caso); por recursos que o dr. Yvon levantava com banqueiros e empresários conhecidos seus; e com o dinheiro do aluguel de lojas no andar térreo do edifício da Face. Considerando todos os cursos oferecidos, em geral entravam de 15 a 20 bolsistas por ano, o que significava uma presença constante de 60 a 80, somando os quatro anos letivos.

Mais tarde, quando se tornou presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o ex-bolsista de Economia Claudio de Moura Castro criou um Programa de Educação Tutorial (PET), de nível nacional, com bolsas de estudo para estudantes de graduação, inspirado na experiência da Face. Mais recentemente escreveu um pequeno livro, *A mágica do dr. Yvon*, contando a história do programa e listando os ex-bolsistas que conseguiu identificar, já que, aparentemente, não existe um registro administrativo com essas informações.

A Face ficava no centro comercial de Belo Horizonte, na rua Curitiba 832, esquina com a Tamoios, em um prédio próprio de 12 andares. As salas de aula ocupavam os primeiros andares, enquanto nos outros ficavam as salas individuais de professores de tempo integral e as salas coletivas de bolsistas. A biblioteca da faculdade surpreendia com preciosidades nas áreas de história, filosofia, economia, administração e muito mais. Como bolsistas, podíamos levar quantos livros quiséssemos para nossas mesas e ficar com eles até alguém pedir.

Dr. Yvon, sempre de gravata-borboleta e paletó xadrez, costumava chamar os bolsistas, de um a um ou em pequenos grupos, para longas conversas na sala da diretoria, no quinto andar. Falava sobre como

*image  
not  
available*

Além de professor, atuava como uma espécie de tutor para os bolsistas, mantendo contato com os grupos e as instituições de ciências sociais que estavam começando a se organizar no Brasil. Era culto e inteligente e substituíra Alberto Guerreiro Ramos como professor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o Iseb, no Rio de Janeiro, mas tinha um evidente quê de impostor. Falava sempre de um grande livro que estava escrevendo e que nunca apareceu, desfiava histórias que pareciam fabulações e nunca acreditei que tenha realmente lido Marx e Weber em alemão.

### *Theotônio dos Santos*

Entre os bolsistas, Theotônio e Flávio Pinto Vieira eram os “intelectuais” — frequentavam os meios artísticos e literários e escreviam para os jornais. Eu tentava acompanhar um pouco, com inveja, mas nunca consegui realmente me integrar e muito menos frequentar as festas como as que eram realizadas ao redor da piscina da casa de João Marshner, onde fui uma vez.

Era o tempo do Teatro Experimental de João Marshner e Carlos Kroeber, que encenava *A cantora careca*, de Ionesco, e *Crime da catedral*, de T.S. Eliot; da *Revista de Cinema* e do Centro de Estudos Cinematográficos, animados por Fritz Teixeira de Salles, Cyro Siqueira, Jacques de Paulo Brandão e Mauricio Gomes Leite, onde se viam e discutiam filmes do Neorrealismo italiano e da Nouvelle Vague francesa, além de *Sindicato de ladrões*, de Elia Kazan;<sup>5</sup> e do início da carreira dos jovens escritores e poetas Affonso Romano de Sant’Anna, Silviano Santiago e Ivan Ângelo. Flávio Pinto Vieira escrevia críticas de cinema nos jornais. Nunca chegou realmente a se motivar pelos temas



*image  
not  
available*

superstição, que poderiam ser vencidas se houvesse uma universidade que oferecesse um lugar privilegiado para a ciência e a pesquisa. Ateu convicto, eu divergia dos católicos, mas tínhamos muito mais coisas em comum do que diferenças.

Todos líamos Marx através do livro do jesuíta Jean-Yves Calvez, *La pensée de Karl Marx*, uma síntese muito bem-feita que procurava mostrar que o tema central do marxismo era o desmascaramento das alienações. Calvez concluía sua obra argumentando, porém, que o cristianismo apontava para um final da história superior ao do comunismo. A grande síntese entre o cristianismo e o materialismo histórico seria proposta pelo padre e paleontólogo Theillard de Chardin, que procurava mostrar como o mundo evoluía para um “ponto ômega” que seria o nível máximo da evolução e da consciência humana. O líder e orientador da Juventude Católica era o dominicano Frei Mateus Rocha, que deve ter inspirado, anos depois, o personagem Frei Malthus, que se apaixona pela prostituta Hilda Furacão no livro de Roberto Drummond.

No Brasil, o principal representante do catolicismo hegeliano foi, possivelmente, o padre Henrique de Lima Vaz. Eu o conheci, a convite de colegas católicos, em um encontro no Colégio Anchieta de Nova Friburgo (RJ) com a presença de Jean Cardonnel, dominicano francês que se tornara conhecido pela defesa dos padres operários franceses. Tenho ainda as cartas que troquei posteriormente com padre Vaz discutindo as vantagens e as desvantagens do materialismo histórico, em contraposição à alternativa da “responsabilidade cristã” e da “consciência histórica” que ele propugnava.

Nos debates organizados nos meios católicos sobre essas novas ideias, Antônio Octávio preparava os textos conceituais e teóricos, enquanto Betinho participava ativamente da política estudantil, tendo passado por um período de descoberta do místico russo Nicolai Berdiaeff,

*image  
not  
available*

artifício. Anos depois, dr. Yvon publicou um pequeno livro em que dava sua interpretação sobre o episódio: sua saída não teria resultado, na verdade, de um movimento estudantil, mas da atuação de uns poucos esquerdistas infiltrados.<sup>21</sup> Seus grandes projetos foram destruídos e ele nunca entendeu bem o que o atropelou, mas o sistema de bolsas criado por ele continuou.

*image  
not  
available*

inspirado no nome do seu jornal, *Política Operária*. A criação da Polop aconteceu em Jundiaí (SP) durante uma reunião de integrantes de diversas organizações de esquerda que haviam se afastado do Partido Comunista ou a ele se opunham. De Belo Horizonte, pela Mocidade Trabalhista, participamos do encontro Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Juarez Guimarães de Brito, Maria do Carmo Brito e eu.<sup>5</sup> Eram grupos muito diferentes entre si que incluíam desde socialistas moderados, como Paul Singer, e intelectuais marxistas, como Michael Löwy, Éder Sader e Ruy Mauro Marini, até gente ligada aos movimentos trotskistas e às suas diversas facções. O objetivo, como o próprio nome da organização indicava, era desenvolver uma política de base operária no Brasil, tal como proposto por Marx.

Tínhamos reuniões periódicas no Rio de Janeiro com Piragibe Castro Alves e Aluizio Leite Filho, o Aluizio Gordo, dono da livraria Timbre e aluno da Escola Brasileira de Administração Pública da FGV. A figura central desses encontros era Erich Sachs, que viera para o Brasil em 1939, após uma longa e complicada história de militância na Rússia, Áustria e Espanha. Erich parecia conhecer a fundo os diferentes grupos e as dissidências da esquerda na Europa do pré-guerra, e tudo o que se passava no Brasil era interpretado por ele tomando como padrão essas correntes. Suas análises me soavam inusitadas, tanto pela erudição que ele revelava quanto pela enorme distância que eu sentia entre o que ele dizia e a realidade do Brasil.

## *Revolução Cubana*

Em 1959, o grande acontecimento foi a vitória da Revolução Cubana, que parecia uma autêntica revolução popular feita por camponeses e

*image  
not  
available*

é nesse momento que os riscos da politização do conhecimento e da ciência começam a surgir.

Não se trata de menosprezar a importância e o grande impacto, em geral positivo, que a ciência tem tido em todos os aspectos da vida nos últimos séculos, mas sim de entender melhor a natureza desse relacionamento entre ciência e política. Escrevendo na mesma época que Lukács, Max Weber, um dos principais fundadores das ciências sociais contemporâneas, buscou esclarecer o assunto em dois artigos que se tornaram clássicos.<sup>10</sup> Filósofos, pesquisadores e cientistas são pessoas de carne e osso que, muitas vezes, abraçam suas profissões porque estão convencidos de que elas podem ajudar a entender e melhorar o mundo em que vivem, e dedicam sua vida para isso, é sua vocação. Dificilmente se vê o cientista que se imagina um pesquisador neutro, interessado somente em suas pesquisas e pouco se importando com as consequências e o impacto de seu trabalho. Mas isso não faz nem deveria fazer do cientista um político.

Política e ciência são vocações igualmente importantes, mas distintas, e cada qual tem seus valores e sua ética. O principal compromisso dos políticos é com o resultado de suas ações, e o dos cientistas, com a validade de seus conhecimentos. Isso não significa que os que se dedicam à ciência não tenham seus valores e não procurem influenciar a sociedade, nem tampouco que os políticos não devam fazer uso de conhecimentos científicos em sua atuação. Mas o político precisa tomar decisões mesmo com informações limitadas, entre as quais as produzidas pela ciência, e, em sua ação, precisa combinar suas convicções, por um lado, com os resultados, por outro. Para dar um exemplo dos dias hoje, por mais que um político esteja convencido de que os subsídios são algo nocivo, porque desestimulam as pessoas a trabalhar e as empresas a competir, ele não pode, de um dia para outro,